

Processo: 5375308-41.2024.8.09.0154  
Movimentacao 91: Documento Expedido  
Arquivo 1: online.html - Pag.1/7



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS  
COMARCA DE URUANA  
Uruana - Vara Cível

Av. Benedito Ferreira de Oliveira, s/nº, Jardim Vale do Sol, CEP: 76335-000, Uruana - GO, fone: (62) 3611-2159

.Email:comarcadeuruana@tjgo.jus.br ou cartfamiliauruan@tjgo.jus.br

**EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO**

Protocolo nº : 5375308-41.2024.8.09.0154  
Natureza : PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Execução -> Execução de  
Título Extrajudicial -> Execução de Título Extrajudicial  
Polo Ativo : Banco Bradesco S.A.  
CPF/CNPJ : 60.746.948/0001-12  
Adv. Polo Ativo : Dr. PAULO EDUARDO PRADO – OAB/GO 32.791  
Polo Passivo : José Antônio Pereira  
CPF/CNPJ : 414.160.231-00  
Adv. Polo Passivo : xxxx  
Serventia : Uruana - Vara Cível  
Juiz de Direito : Dr Natanael Reinaldo Mendes  
.  
.

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) **Natanael Reinaldo Mendes**, Meritíssimo(a) Juíza de Direito da Comarca de Uruana, Estado de Goiás.

**FAZ SABER A QUANTOS O PRESENTE VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM E INTERESSAR POSSA, com fulcro nos arts. 879 ao 903, do Novo CPC (Lei nº 13105/15), regulamentado pela Resolução CNJ 236/2016**, que o Leiloeiro nomeado, Álvaro Sérgio Fuzo, matriculado no JUCEG sob n.º 035/2003, através da plataforma eletrônica [www.alvaroleiloes.com.br](http://www.alvaroleiloes.com.br), devidamente homologado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, levará a público para venda e arrematação, o bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

**PROCESSO Nº. 5375308-41.2024.8.09.0154 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

**EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S A (CNPJ: 60.746.948/0001-12)**

**EXECUTADO: JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA (CPF: 414.160.231-00)**

**DATAS: PRIMEIRO LEILÃO: 30/06/2026, com encerramento às 13:00 horas**, Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site do Leiloeiro, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificados lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do **SEGUNDO LEILÃO: 30/06/2026, com encerramento às 15:00 horas**, quando serão aceitos lances com no mínimo 80% (oitenta por cento) do valor da avaliação, exceto nos casos onde há reserva de quota parte do coproprietário ou determinação judicial de reserva de meação. Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais ao fechamento do leilão, serão acrescidos 03 minutos a partir do recebimento do último lance ofertado para o término do leilão.

**LOCAL:** O leilão será realizado na modalidade ELETRÔNICA através do site

Valor: R\$ 219.296,39  
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Execução -> Execução de Título Extrajudicial -> Execução de Título Extrajudicial  
URUANA - VARA CÍVEL  
Usuário: Cristina Jacinta de Deus - Data: 03/06/2026 14:01:14



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 03/06/2026 12:16:00

Assinado por NATANAEL REINALDO MENDES

Localizar pelo código: 109687635432563873157872367, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>

Processo: 5375308-41.2024.8.09.0154  
Movimentacao 91: Documento Expedido  
Arquivo 1: online.html - Pag.2/7

[www.alvaroleiloes.com.br](http://www.alvaroleiloes.com.br).

**REPASSE:** Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do 2º (segundo) leilão, serão apregoados novamente em "repasso", por um período adicional de 1 (uma) hora, com abertura em até 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repasso) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão.

\*\*\*Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.

**DÉBITOS DA AÇÃO:** R\$ 318.623,27 (trezentos e dezoito mil, seiscentos e vinte e três reais e vinte e sete centavos), em 05 de fevereiro de 2026, de acordo com a planilha de cálculo juntada de fls. 322. A atualização dos débitos vencidos e vincendos, até a sua integral satisfação, fica a encargo do exequente disponibilizar nos autos.

#### DO BEM:

**DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS):** Uma gleba de cultura e campo, situada no imóvel denominado do Sucuri, deste município de Uruana/GO, com a área de 36,4999 ha, compreendida dentro das seguintes divisas e confrontações: "Inicia-se no marco -P-0001 definido pelas coordenadas N: 8.284.313,480 m e E: 648 660,180 m, confrontando com José Pedro de Camargo Filho; deste, segue até o marco -P-0002 definido pelas coordenadas N: 8.284.162,154 m e E: 648.773,216 m, com azimute de 143°14'29" e distância de 188,88 metros; deste, segue até o marco -P-0003 definido pelas coordenadas N: 8.284.207,012 m e E: 648.887,704 m, com azimute de 68°36'15" e distância de 122,96 metros; deste, segue até o marco -P-0004 definido pelas coordenadas N: 8.283.823,128 m e E: 648.795,013 m, com azimute de 193°34'28" e distância de 394,92 metros, agora confrontando com a Estrada Vicinal de acesso a Uruana/GO; deste, segue até o marco -P-0005 definido pelas coordenadas N: 8.283.805,626 m e E: 648.739,753 m, com azimute de 252°25'31" e distância de 57,97 metros; deste, segue até o marco -P-0006 definido pelas coordenadas N: 8.283.755,128 m e E: 648.563,172 m, com azimute de 254°02'27" e distância de 183,66 metros; deste segue até o marco -P-0007 definido pelas coordenadas N: 8.283.747,387 m e E: 648.519,055 m, com azimute de 260°02'52" e distância de 44,79 metros; deste, segue até o marco -P-0008 definido pelas coordenadas N: 8 283.755,407 m e E: 648,337,701 m, com azimute de 272°31'56" e a distância de 181,53 metros; deste, segue até o marco P-009 definido pelas coordenadas N: 8.283.763,821 m e E: 648.274,845m, com azimute de 277°37'28" e distância de 63,42 metros; deste, segue ate o marco-P-0010 definido pelas coordenadas N: 8.283.785,822 m e E: 648.228,332 m, com azimute de 295°18'52" e distância de 51,45 metros; deste, segue até o marco P-0011 definido pelas coordenadas N: 8.283.788,284 m e E: 648.193,238 m, com azimute de 274°00'47" e distância de 35,18 metros; deste, segue até o marco -P-0012, definido pelas coordenadas N: 8.283.782,434 m e E: 648,161,131 m, com azimute de 259°40'26" e distância de 32,64 metros; deste, segue até o marco -P-0013, definido peles coordenadas N: 8.283.727,782 m e E: 648.062,782 m, com azimute de 240°56'22" e distância de 112,51 metros; deste, segue até o marco P-00014 definido pelas coordenadas N: 8,283,664,092 m e E: 647,969,692 m, com azimute de 235°37'16" e distância de 112,79 metros; deste, segue até o marco -P-0015 definido pelas coordenadas N: 8.283.640,962 m e E:647.913,117 m, com azimute de 247°45'48" e distância de 61,12 metros; deste, segue até o marco -P-0016, definido pelas coordenadas N: 8.283.628,349 m e E: 647.846,902 m, com azimute de 259°12'55" e distância de 67,41 metros; deste, segue até o marco P-0017 definido pelas coordenadas N: 8.283.613,770 m e E: 647.702,298 m, com azimute de 264°14'34" e distância de 145,34 metros; deste, segue até o marco -P-0018, definido pelas coordenadas N: 8.283.615,977 m e E: 647.699,358 m, com azimute de 306°53'41" e distância de 3,68 metros, agora confrontando com Admilton Brito de Carvalho; deste, segue até o marco -P-0019, definido peles coordenadas N: 8.283.834,022 m e E: 647.946,504 m, com azimute de 48°34'47" e distância de 329,58 metros, agora confrontando com Luíza Parreira de Araújo; deste, segue até o marco P-0020, definido pelas coordenadas N: 8.284.303,364 m e E: 648.484,506 m, com azimute de 48°53'57" e distância de 713,95 metros; deste, segue até o marco -P-0021 definido pelas coordenadas N: 8.284.288,274 m e E:648.505,108 m, com azimute de 126°13'17" e distância de

Valor: R\$ 219.296,39  
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Execução -> Execução de Título Extrajudicial -> Execução de Título Extrajudicial  
URUANA - VARA CÍVEL  
Usuário: Cristina Jacinta de Deus - Data: 03/06/2026 14:01:14



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 03/06/2026 12:16:00

Assinado por NATANAEL REINALDO MENDES

Localizar pelo código: 109687635432563873157872367, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>

Processo: 5375308-41.2024.8.09.0154  
Movimentacao 91: Documento Expedido  
Arquivo 1: online.html - Pag.3/7

25,54 metros, agora confrontando com a margem direita do Córrego Guariba; deste, segue até o ponto -P-0001, definido pelas coordenadas N: 8.284.313,480 m e E: 648.660,180, na distância de 192,48 metros, até o ponto de partida". **Benfeitorias.:** Uma casa sede com 1 suíte, 1 quarto, 1 sala, 1 cozinha, 1 área, coberta de telhas plan, sobre estrutura de madeira, piso de cimento queimado, janelas em blindex, com reboco e pintura, energia elétrica e água encanada de poço artesiano; Uma casa de caseiro com 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha, 1 banheiro e 1 área, coberta de telhas de cimento, piso de cimento queimado, janelas em blindex, com reboco e pintura, energia elétrica e água encanada de poço artesiano; 1 galpão feito em tijolos, coberto de telhas plan, com 2 banheiros com aproximadamente 25x10 metros, com janelas em blindex, piso em cerâmica, com reboco e pintura, energia elétrica e água encanada de poço artesiano; 1 galpão com várias salas de tamanhos variados, coberto de telhas plan, piso parte em cerâmica e parte em cimento queimado, com reboco e pintura, energia elétrica e água encanada de poço artesiano; 1 galpão feito em tijolos, coberto de telhas plan, sem reboco e sem pintura, energia elétrica; Um curral feito em madeira e cabos de aço, com 3 repartições, embarcadouro, coberto de telhas eternit, com aproximadamente 20X20 metros quadrados; Com cerca de arame liso em toda a área, 2 repartições de pasto, 7 hectares formado em cana de açúcar, área de reserva, 1 represa, 1 poço artesiano e a terra é banhada por um córrego. **Obs.:** Conforme consta no laudo de avaliação, o imóvel possui construções. Referida benfeitoria não consta registrado na matrícula imobiliária. Imóvel com cadastrado Incra sob nº 950.165.188.751-0 e matriculado sob nº 6542 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Uruana/GO.

**AVALIAÇÃO:** R\$ 2.385.325,41 (dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, trezentos e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos), em 13 de novembro de 2025.

**LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO:** R\$ 1.908.260,33 (um milhão, novecentos e oito mil, duzentos e sessenta reais e trinta e três centavos).

**DEPOSITÁRIO(A):** JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA, Avenida Mário Ferreira Pires, quadra 13, lote 03, Residencial Vale do Uru, Uruana/GO.

**ÔNUS:** Hipotecas em favor do Banco Bradesco S.A.; Penhora nos autos nº 5854747-70.2023.8.09.0154, em trâmite na Vara Cível de Uruana/GO; Penhora nos autos nº 5053172-26.2024.8.09.0154, em trâmite na Vara Cível de Uruana/GO; Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária.

**BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS:** Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus, o bem será leiloado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908 § 1º, ambos do CPC/2015, e débitos tributários serão sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do C.T.N. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver.

Conforme advertência prevista no parágrafo 6º, do artigo 903 do CPC, é ato atentatório à dignidade da Justiça a suscitação infundada de vício com objetivo de ensejar a desistência do arrematante e o suscitante será condenado em multa, em quantia equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da avaliação do bem, devida ao exequente, sem prejuízo da responsabilidade em perdas e danos.

**HIPOTECA:** Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).

**MEAÇÃO:** Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

Valor: R\$ 219.296,39  
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Execução -> Execução de Título Extrajudicial -> Execução de Título Extrajudicial  
URUANA - VARA CÍVEL  
Usuário: Cristina Jacinta de Deus - Data: 03/06/2026 14:01:14



Processo: 5375308-41.2024.8.09.0154  
Movimentacao 91: Documento Expedido  
Arquivo 1: online.html - Pag.4/7

**IMÓVEL OCUPADO:** A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente.

**DIREITO DE PREFERÊNCIA:** Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.

Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site [www.alvaroleiloes.com.br](http://www.alvaroleiloes.com.br). Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. **O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência.** Respeitadas as regras do **DIREITO DE PREFERÊNCIA**, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, **no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados**, exercer o direito de preferência, **ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.**

**VENDA DIRETA:** Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive bem como o valor da avaliação do bem como preço mínimo, ou seja, R\$ 2.385.325,41 (dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, trezentos e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos). O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

**LEILOEIRO:** O Leilão estará a cargo do Leiloeiro Oficial ora nomeado, **ÁLVARO SÉRGIO FUZO**, JUCEG sob n.º 035/2003, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais ([leiloesjudiciais.com.br](http://leiloesjudiciais.com.br)).

**COMO PARTICIPAR DO LEILÃO/VENDA:** Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site [www.alvaroleiloes.com.br](http://www.alvaroleiloes.com.br), devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site do Leiloeiro Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Os licitantes deverão acompanhar a realização do Leilão, permanecendo a qualquer tempo em condições de serem contatados pelo Leiloeiro Oficial para ajuste de propostas, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro [www.alvaroleiloes.com.br](http://www.alvaroleiloes.com.br), e também no site de publicações e consultas de editais de leilão

Valor: R\$ 219.296,39  
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Execução -> Execução de Título Extrajudicial -> Execução de Título Extrajudicial  
URUBAMA - VARA CÍVEL  
Usuário: Cristina Jacinta de Deus - Data: 03/06/2026 14:01:14



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 03/06/2026 12:16:00

Assinado por NATANAEL REINALDO MENDES

Localizar pelo código: 109687635432563873157872367, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>

Processo: 5375308-41.2024.8.09.0154  
Movimentacao 91: Documento Expedido  
Arquivo 1: online.html - Pag.5/7

PUBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015.

**PAGAMENTO DE FORMA À VISTA:** A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pelo Leiloeiro), no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).

**PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA:** A possibilidade de pagamento do bem arrematado em 03 (três) prestações mensais e sucessivas, devendo a primeira parcela ser depositada em 24 h (vinte e quatro horas) a contar da arrematação, e as demais a cada 30 (trinta) dias, observando-se que a carta de arrematação apenas será expedida após o último pagamento, ao passo que a comissão do leiloeiro deverá ser paga imediatamente.

Neste caso de parcelamento, as guias mensais serão encaminhadas ao arrematante pelo leiloeiro, que informará nos autos o pagamento de cada parcela.

**ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA:** No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá **multa de 10% (dez por cento)** sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a **perda dos valores já pagos** em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. **Sobre direito de preferência – lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado de forma parcelada, o que não interfere na continuidade da disputa.**

**ARREMATÇÃO PELO CREDOR:** Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devido ao Leiloeiro.

**PAGAMENTO DA COMISSÃO DO LEILOEIRO:** A comissão devido ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 7 da Resolução 236/2016 - CNJ), que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 horas da realização do leilão, em conta fornecida via e-mail após o encerramento do leilão eletrônico. Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 6º, do CPC/2015, a comissão do Leiloeiro será a este Leiloeiro devido.

Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo.

Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

**CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DO LEILÃO MOTIVADOS POR ADJUDICAÇÃO, REMIÇÃO OU ACORDO APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:**

Valor: R\$ 219.296,39  
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Execução -> Execução de Título Extrajudicial -> Execução de Título Extrajudicial  
URUBANA - VARA CÍVEL  
Usuário: Cristina Jacinta de Deus - Data: 03/06/2026 14:01:14



Processo: 5375308-41.2024.8.09.0154  
Movimentacao 91: Documento Expedido  
Arquivo 1: online.html - Pag.6/7

I - Caso haja adjudicação, será devido ao Leiloeiro, o importe de 1% (um por cento) sobre o valor da avaliação do bem adjudicado, a ser pago pelo exequente.

II - Havendo remição ou acordo, antes da realização do leilão, será devido ao Leiloeiro Oficial o importe de 1% (um por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte executada

III - Havendo acordo ou pagamento da dívida, após a realização do leilão e arrematação será devido ao Leiloeiro Oficial o importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pela parte executada.

Os percentuais/valores acima, serão pagos a título de ressarcimento das despesas de publicação de edital, intimação das partes, remoção, guarda e conservação dos bens, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016, valores esses a serem pagos pela parte executada.

Se o Executado pagar a dívida na forma do artigo 826 do CPC, ou ainda, celebrar acordo, deverá apresentar até a hora e data designadas para o leilão, guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto ao pagamento integral ou acordo, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado.

**LANCES:** Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do 2º (segundo) leilão, serão apregoados novamente em “repassé”, por um período adicional de 1 (uma) hora, com abertura 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repassé) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão. Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação do seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.

**VISITAÇÃO:** É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado ao Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

**DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS:** Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através do email [contato@alvaroleiloes.com.br](mailto:contato@alvaroleiloes.com.br).

**ARREMATÇÃO:** Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração.

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloaria e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as

Valor: R\$ 219.296,39  
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Execução -> Execução de Título Extrajudicial -> Execução de Título Extrajudicial  
URUANA - VARA CÍVEL  
Usuário: Cristina Jacinta de Deus - Data: 03/06/2026 14:01:14



Processo: 5375308-41.2024.8.09.0154  
Movimentacao 91: Documento Expedido  
Arquivo 1: online.html - Pag.7/7

características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.

Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

**INTIMAÇÃO:** Fica desde logo intimado o executado **JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA (CPF: 414.160.231-00)** e seu(a) cônjuge se casado(a) for, bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se porventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015.

Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Uruana Estado de Goiás.

**Uruana, datado e assinado eletronicamente.**

**Natanael Reinaldo Mendes**

Juiz de Direito

DOCUMENTO DATADO E ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI Nº 11.419/2006, CONFORME IMPRESSAO A MARGEM INFERIOR

Valor: R\$ 219.296,39  
PROCESSO CIVIL E DO TRABALHO -> Processo de Execução -> Execução de Título Extrajudicial -> Execução de Título Extrajudicial  
URUANA - VARA CIVIL  
Usuário: Cristina Jacinta de Deus - Data: 03/06/2026 14:01:14

